



## MOÇÃO DE REPÚDIO

*À falta do compromisso ético em defesa da legalização das drogas e contra a política de genocídio e extermínio da população negra e periférica promovida pela guerra às drogas*

*Legalizar as drogas é garantir a vida em meio à barbárie!*

**Destinatários da moção:** Supremo Tribunal Federal, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Igualdade Racial, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Assistência Social

Nós, estudantes de Serviço Social e assistentes sociais presentes ao 51º Encontro Nacional do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS e CRESS), realizado em Belo Horizonte (MG) entre os dias 5 e 8 de setembro de 2024, manifestamos profunda preocupação com os poucos avanços no debate da descriminalização do porte de maconha, além do repúdio aos retrocessos no debate da legalização das drogas.

Sabemos quem está na base da discussão sobre o projeto de legalização das drogas, que reflete na Guerra às Drogas nas periferias do Brasil, pessoas marginalizadas que são atravessadas por questões de classe, raça, etnia, gênero e território, principalmente a população negra, a quem, dentre os caminhos possíveis, está posto o encarceramento em massa, genocídio e “juenicídio” da população negra.

O debate da legalização das drogas compete à saúde pública, não em um debate moralista ou que se fecha no debate sobre segurança pública. Precisamos avançar para além do uso da maconha medicinal, debatermos a fundo sobre a comercialização das drogas ditas lícitas - aqui nos referimos a psicotrópicos de uso contínuo, e ilícitas - maconha, cocaína, LSD, dentre outras. Temos visto um desmonte da política de saúde mental, especialmente desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, com o avanço de políticas manicomialistas que não refletem o processo histórico da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial (Lei 10.216/2001). O crescimento das comunidades terapêuticas é uma resposta do capital financeiro e do conservadorismo, que buscam institucionalizar a vida e lucrar com o sofrimento psicossocial de usuárias e usuários, com internações compulsórias e a política higienista que está em curso no território nacional.

Entre avanços e retrocessos nos poderes públicos: Supremo Tribunal Federal (STF), Senado e Câmara dos Deputados, que se restringem ao debate sobre a posse e o uso da maconha e sobre o debate de “segurança da sociedade”, conseguimos, depois de muitos atrasos, em votação histórica no STF sobre o porte e mudança dos processos criminais, ter mudanças na legislação sobre o porte da maconha, que não compreende a legalização do uso, que não compreende o debate por completo e que não pode se restringir a esses eixos de debate. No entanto, mesmo com a recente interpretação do Art. 28 da Lei 11.343/2006, jovens da periferia continuam sendo conduzidos(as) às delegacias por portarem quantidades ínfimas de maconha, mesmo que seja para uso medicinal. Assim, faz necessária a revogação parcial desta lei, que nada mais serve que criminalizar as juventudes negras e periféricas.

Assim, devemos ampliar para demais substâncias e sobre o fortalecimento da política de saúde, em especial a política de saúde mental e a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), a partir de uma condução antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, defendida por nossa categoria, tendo como referência teórica/prática Frantz Fanon, Basaglia e Rachel Gouveia Passos, que são exponenciais no debate.



**CRESS**  
CONSELHOS REGIONAIS  
DE SERVIÇO SOCIAL



Precisamos estar a par do debate de forma integral e na busca por uma sociedade anticapitalista, antimanicomial, antirracista, antilgbtqiap+fóbica e anticapacitista, na garantia dos direitos das pessoas que estiveram historicamente ameaçadas por uma política eugenista, cisheteronormativa e de extermínio.

Repudiamos as esferas de poder que deveriam estar fazendo um debate sério, assertivo e com profissionais capacitados(as) para um debate que garanta a qualidade, pluralidade, diversidade e emancipação dos povos. Reivindicamos a presença e participação dos ministérios citados nessa moção, para que, de forma intersetorial e transversal, consigam articular políticas que garantam a vida na sua integralidade dos direitos.

A legalização das drogas é uma articulação política e jurídica em defesa da vida em abundância de corpos marginalizados pelo capital e pelo conservadorismo e contrária ao encarceramento em massa, ao genocídio, “juenicídio” e demais formas de criminalização da vida. Assistentes sociais e estudantes de Serviço Social unidos(as) contra a política da guerra às drogas e em busca da garantia do direito a democracia e ao acesso a direitos que permeiam essa articulação.

Em defesa do SUS, do Suas, da Raps, uni-vos!

*Belo Horizonte, 8 de setembro de 2024.*

Aprovada na Plenária Final do 51º Encontro Nacional CFESS-CRESS.